



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6858

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Guilherme Dias Ramos

Data: 23/08/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 237/2007. Concede o título declaratório de utilidade pública à “Associação Comunitária dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais das Margens do Rio Espigão” - ACESP. (Referente à Lei nº 3.796, de 04/09/2007).

Controle Interno – Caixa: 25.7 **Posição:** 19 **Número de folhas:** 06

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
Cx: 25.7
Ordem: 19
nº fls: 29



112/2007
28.08.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 237 /2007

AUTOR:

Ver. Guilherme Dias Ramos (Guila)

ASSUNTO:

**Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação
Comunitária dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais das Margens do Rio
Espigão - ACESP.**

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 - **Entrada em – 23/08/2007**
- 3 - **Comissão Legislação e Justiça**
- 4 - **APROVADO em DIRETORIA**
- 5 - **URGENTE em 28-08-2007**
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

PROJETO DE LEI Nº **237** / 2007

CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA

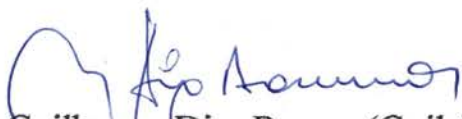
A Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS DAS MARGENS DO RIO ESPIGÃO - ACESP**, inscrita no CNPJ 06.097.491/0001-17, com sede nesta cidade, na Comunidade Rural de Espigão CEP 39.400-000, Montes Claros – MG.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

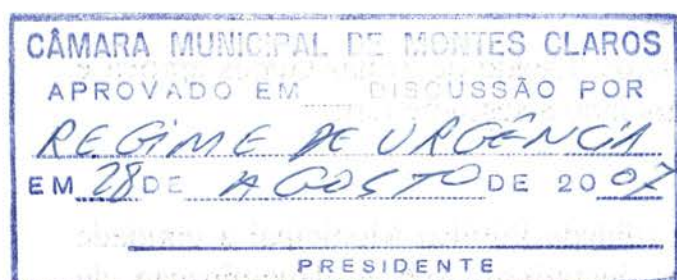
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros / MG, 06 de Agosto de 2007.


Guilherme Dias Ramos (Guila)
Vereador



Guila





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 237/2007 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais das Margens do Rio Espigão – ACESP.”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 27 de agosto de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
SALA DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 237/2007

AUTOR: Ver. Guilherme Dias Ramos

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoa das Margens do Rio Espigão – ACESP -”.

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 212 /2007, de autoria da Vereador Guilherme Dias Ramos “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoa das Margens do Rio Espigão – ACESP “.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 23/08/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 27/08/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoa das Margens do Rio Espigão – ACESP -.

Como foi juntada a documentação exigida e não há vício de iniciativa, esta Comissão entende que a referida proposição, não fere normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2007.

Presidente -Ver. Sebastião Ildeu Maia:

Vice-Presidente- Ver. Ademar de Barros Bicalho:

Relator- Ver. Rosemberg dos Anjos Medeiros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 29 de agosto de 2.007.

Ofício : ATL Nº 268 / 2007


Assunto : Encaminha Projetos para Sanção

Serviço : Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e de conformidade com o que preceitua o Inciso X, Art. 37 da Constituição Federal e o Art. 54, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, estamos encaminhando a V.Exª. para sanção e publicação, as seguintes Proposições: **PROJETO DE LEI QUE CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES RURAIS DAS MARGENS DO RIO ESPIGÃO – ACESP; PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE DESAFETAÇÃO E ALIENAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS e o PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM.**

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Exª. votos de estima e apreço.


Vereador – Coriolando da S. Ribeiro Afonso
Presidente da Câmara

Excelentíssimo Senhor
Dr. Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal
MONTES CLAROS - MG